



**Poder Legislativo**  
**Câmara de Vereadores do Município de Vilhena**  
**Palácio Vereador Nadir Ereno Graebin**  
**Diretoria Legislativa**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO Nº 02, DE 7 DE JULHO DE 2025

PROJETO DE LEI Nº 7.190, DE 12 DE JUNHO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO  
MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Art. 1º** O Projeto de Lei nº 7.190, de 12 de junho de 2025, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica criado, no âmbito do Município de Vilhena, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, com a finalidade de assegurar, promover e defender os direitos das mulheres, em conformidade com os princípios constitucionais, com ênfase na igualdade de gênero, nos direitos sociais e na inviolabilidade da dignidade humana.

**Parágrafo único.** O CMDM atuará em consonância com a legislação federal, estadual e municipal pertinente aos direitos das mulheres.

**CAPÍTULO II**  
**DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER**

**Art. 2º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscalizadora, responsável pela formulação, acompanhamento e avaliação das

políticas públicas voltadas à garantia, promoção e defesa dos direitos das mulheres no Município de Vilhena.

**Parágrafo único.** O CMDM, como instância máxima de controle social das políticas para mulheres, vincula-se administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social - Semas.

### CAPÍTULO III COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

#### Seção I

##### Das competências do CMDM

**Art. 3º** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM:

I - propor, monitorar e avaliar a política municipal para as mulheres, participando da definição das diretrizes, prioridades e mecanismos de captação e aplicação de recursos;

II - recomendar e participar da promoção de campanhas educativas e ações de conscientização sobre direitos das mulheres, igualdade de gênero e combate a todas as formas de discriminação;

III - estabelecer diretrizes, supervisionar e participar dos programas permanentes de capacitação de agentes públicos e privados para identificação e enfrentamento das desigualdades de gênero;

IV - fomentar, subsidiar e analisar pesquisas e estudos sobre inserção econômica feminina, visando à criação de políticas públicas que garantam a equidade no mercado de trabalho;

V - estabelecer parcerias com organizações públicas e privadas para captação de recursos e realização de eventos formativos sobre direitos das mulheres;

VI - avaliar, recomendar e participar da criação, manutenção e ampliação de programas, projetos e serviços de atendimento à mulher;

VII - credenciar e supervisionar entidades não governamentais que atuem na defesa dos direitos das mulheres;

VIII - certificar e recomendar programas voltados à promoção dos direitos femininos; e

IX - elaborar e aprovar seu regimento interno, observada esta Lei e as disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo único.** O CMDM poderá constituir comissões temáticas para auxiliar no exercício de suas competências.

#### Seção II

##### Da Composição do CMDM

**Art. 4º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será composto por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, escolhidos dentre os representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, sendo:

I – seis representantes dos poderes públicos:

a) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social - Semas;

b) um representante da Secretaria Municipal de Educação - Semed;

c) um representante da Fundação Cultural de Vilhena - FCV;





- d) um representante da Câmara de Vereadores do Município de Vilhena;
- e) um representante do 3º Batalhão de Polícia Militar; e
- f) um representante da Delegacia da Mulher; e

II - seis representantes da sociedade civil:

- a) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- b) um representante da Igreja Católica;
- c) um representante da Ordem dos Ministros Evangélicos de Vilhena - ORMEV;
- d) um representante do Conselho Regional de Psicologia; e
- e) um representante do Conselho Regional de Serviço Social.

§ 1º A nomeação dos conselheiros e dos seus suplentes se dará por meio de decreto do Poder Executivo.

§ 2º Os conselheiros terão mandato de dois anos, admitida a recondução para o período subsequente.

Art. 5º A função de conselheiro do CMDM é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

### Seção III

#### Da Estrutura e do Funcionamento do CMDM

Art. 6º Sem prejuízo do disposto nesta Lei, as regras de estrutura e funcionamento do CMDM e seus órgãos serão disciplinadas no regimento interno do colegiado, observados os seguintes princípios:

I - detalhamento das atribuições complementares, fluxos de trabalho e mecanismos de coordenação da estrutura básica, composta por Diretoria Executiva, Secretaria Executiva e Plenário;

II - definição dos procedimentos para eleição da Diretoria Executiva, critérios de convocação de reuniões extraordinárias e normas de quórum deliberativo, respeitado o princípio da alternância entre Poder Público e Sociedade Civil;

III - regulamentação da operacionalização das competências previstas no Art. 5º, inclusive a criação de comissões temáticas, garantindo eficiência e transparência nas deliberações.

**Parágrafo único.** O regimento interno, aprovado por maioria absoluta do Plenário, assegurará compatibilidade com as diretrizes desta Lei e com a legislação federal e estadual pertinente.

Art. 7º A Diretoria Executiva será composta por:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente; e
- III - dois Secretários.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pelo Plenário dentre seus conselheiros, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o princípio da alternância entre representantes do Poder Público e da Sociedade Civil.

§ 2º Compete à Secretaria Executiva:

- I - coordenar as atividades técnico-administrativas do CMDM;



- II - preparar os trabalhos das reuniões;
- III - manter os arquivos e documentação; e
- IV - executar as deliberações do Plenário.

§ 3º O Poder Executivo garantirá à Secretaria Executiva espaço físico adequado, equipamentos, recursos materiais e suporte de pessoal técnico-administrativo.

**Art. 8º** O Plenário, órgão deliberativo máximo do CMDM, terá as seguintes atribuições:

- I - definir as diretrizes gerais de atuação do CMDM;
- II - aprovar o regimento interno e suas alterações;
- III - deliberar sobre políticas, programas e projetos; e
- IV - apreciar e votar as contas do CMDM.

**Art. 9º** As reuniões ordinárias ocorrerão mensalmente na Casa dos Conselhos, em data fixada no regimento interno.

**Parágrafo único.** As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pela Diretoria Executiva, por 1/3 dos conselheiros ou por solicitação do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 10.** A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá consignar em seu orçamento recursos necessários à execução das atividades do CMDM.

**Parágrafo único.** Os recursos serão geridos conforme as normas de direito financeiro público e as diretrizes do regimento interno.

### CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 11.** Ficam revogadas as Leis nº 1.215, de 16 de novembro de 2000; nº 2.213, de 4 de julho de 2007; nº 2.535, de 17 de dezembro de 2008; nº 2.852, de 7 de abril de 2010; e nº 4856, de 12 de março de 2018.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vilhena, 3 de junho de 2025.

  
VEREADOR WILSON TABLIPA  
Presidente da CCJR

  
VEREADOR NEGÓ MORAES  
Secretário da CCJR

  
VEREADOR ELITON COSTA  
Membro da CCJR